no âmbito do projecto de implementação do Projecto Integrado de Gestão da Informação do ISEG.

2 — O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto Superior de Economia e Gestão, sediado na Rua do Quelhas, 6, 1200-781 Lisboa.

3 — Prazo de duração do contrato — um ano, renovável, mas a sua duração nunca poderá exceder o período de duração do projecto.

4 — Vencimento — o correspondente à remuneração mensal de técnico de 1.ª classe, escalão 2, índice 355, de acordo com o sistema retributivo da função pública.

5 — Requisitos de candidatura:

- a) Nível de escolaridade adequada ao cargo (curso superior que não confira grau de licenciatura);
- b) Experiência profissional na área da actividade a desempenhar ou área afim, sendo condição preferencial experiência em universidades e em apoio administrativo, para além de conhecimentos adequados em projectos de modernização de tecnologias, processos e recursos humanos.

6 — Selecção — o método de selecção a utilizar será a avaliação curricular.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — A candidatura deverá ser formalizada através de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do ISEG e poderá ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o Instituto Superior de Economia e Gestão, Rua do Quelhas, 6, 1200-781 Lisboa, devendo dele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa;
- b) Identificação do aviso de oferta pública de emprego a que se candidata.

7.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia da certidão de habilitações literárias;
- d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (cursos de formação e outros).

8 — Prazo para a apresentação das candidaturas — cinco dias a contar da data da publicação do presente aviso.

9 — Garantia de igualdade de tratamento — nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, declara-se que, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vitor da Conceição Gonçalves*.

Aviso n.º 5126/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, por despacho do presidente do conselho directivo de 3 de Abril de 2006, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Agosto de 2005, pretende admitir, em regime de contrato de trabalho a termo certo, um trabalhador para o desempenho de funções no âmbito do projecto de implementação do projecto integrado de gestão da informação do ISEG.

2 — O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto Superior de Economia e Gestão, sediado na Rua do Quelhas, 6, 1200-781 Lisboa.

3 — Prazo de duração do contrato — terá a duração de um ano, renovável, mas a sua duração nunca poderá exceder o período de duração do projecto.

4 — Vencimento — o correspondente à remuneração mensal de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, de acordo com o sistema retributivo da função pública.

5 — Requisitos de candidatura:

- a) 11.º ano de escolaridade;
- b) Experiência profissional na actividade a desempenhar ou em área afim, sendo condição preferencial experiência em universidades, com conhecimento do Estatuto da Carreira Docente Universitária, organização de arquivo, registo de entrada e saída de correspondência, com bons conhecimentos ao nível informático na óptica do utilizador.

6 — O método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — A candidatura deverá ser formalizada através de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão, que poderá ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o Instituto Superior de Economia e Gestão, Rua do Quelhas, 6, 1200-781 Lisboa, devendo dele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa;
- b) Identificação do aviso de oferta pública de emprego a que se candidata.

7.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia da certidão de habilitações literárias;
- d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (cursos de formação e outros).

8 — Prazo para a apresentação das candidaturas — cinco dias a contar da data de publicação do presente aviso.

9 — Garantia de igualdade de tratamento — nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, declara-se que, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma prática de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vitor da Conceição Gonçalves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 5127/2006 (2.ª série). — Nos termos e para efeitos previstos nos artigos 93.º e 98.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontram afixadas, para consulta, as listas de antiguidade dos funcionários docentes e não docentes do Instituto Politécnico de Bragança e escolas integradas, reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

Recorda-se que da organização das referidas listas cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do aludido diploma.

31 de Março de 2006. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 9448/2006 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Fevereiro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Mestre Pedro Alexandre Oliveira Couceiro — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparado a assistente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação deste Instituto, em regime de exclusividade, a partir de 1 de Março de 2006, por ter iniciado funções nessa data, e terá a duração de 2 anos em conformidade com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida, de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações.

31 de Março de 2006. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 9449/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciada Carina Maria Oliveira Pimentel — autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de equiparada a assistente do 1.º triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, com efeitos a partir do dia 15 de Março de 2006.

31 de Março de 2006. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

Despacho n.º 9450/2006 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Março de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Bragança, proferido nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro:

Licenciado Manuel Luís Pinto Castanheira — autorizado o contrato administrativo de provimento para o exercício das funções de assis-

tente do 2.º triénio da Escola Superior de Educação de Bragança, em regime de exclusividade, a partir de 1 de Fevereiro de 2006, por ter iniciado funções nessa data, por urgente conveniência de serviço, e terá a duração de 3 anos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 99.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, a que corresponde a remuneração mensal ilíquida de acordo com o Decreto-Lei n.º 408/89, de 20 de Novembro, e posteriores alterações, acrescida do subsídio de refeição, de Natal e de férias.

31 de Março de 2006. — O Administrador, *Fernando Manuel Pêgo da Silva Barros*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO

Despacho (extracto) n.º 9451/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 27 de Março de 2006:

Paula Cristina Ribeiro Gonçalves — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o lugar de técnico profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República*.

10 de Abril de 2006. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 9452/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 3 de Abril de 2006:

Licenciado Rui Filipe Soares Salgueiro — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o lugar de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*.

10 de Abril de 2006. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 9453/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 3 de Abril de 2006:

Licenciado Rui Tomás Monteiro — celebrado contrato administrativo de provimento, precedendo concurso, para o lugar de técnico superior principal, da carreira técnica superior, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir da data de publicação no *Diário da República*.

10 de Abril de 2006. — A Administradora, *Otília Madalena Ramos Neves*.

Rectificação n.º 618/2006. — Para os devidos efeitos, declara-se que os estatutos da Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, publicados em anexo ao despacho n.º 7272/2006, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 31 de Março de 2006, saíram com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 1.º, n.º 3, onde se lê «A ESART prossegue os seus fins no domínio do ensino da artes aplicadas, visando:» deve ler-se «A ESART prossegue os seus fins no domínio do ensino das artes aplicadas, visando:».

No artigo 15.º, n.º 3, onde se lê «3 — São membros eleitos:

- Três professores ou equiparados, quando dispuser de 20 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 10;
- Um encarregado de trabalhos, quando dispuser pelo menos de cinco;
- Cinco estudantes, quando existam 500 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por grupo completo de 500;
- Dois funcionários não docentes, de carreiras diferentes, quando dispuser de 30 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 20.»

deve ler-se «3 — São membros eleitos:

- Três professores ou equiparados, quando dispuser de 20 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 10;

- Dois assistentes ou equiparados, quando dispuser de 25 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 20;
- Um encarregado de trabalhos, quando dispuser pelo menos de cinco;
- Cinco estudantes, quando existam 500 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 500;
- Dois funcionários não docentes, de carreiras diferentes, quando dispuser de 30 ou menos, e, quando exceder, mais 1 por cada grupo completo de 20.»

No artigo 16.º, n.º 1, alínea *i*), onde se lê «Elaborar e aprovar o seu regulamento intern.» deve ler-se «Elaborar e aprovar o seu regulamento interno», no artigo 16.º, n.º 2, onde se lê «A reprovação do plano de actividades referidos na alínea *d*) do n.º 1 deste artigo obriga à apresentação de novo plano no prazo máximo de 30 dias» deve ler-se «A reprovação do plano de actividades referido na alínea *d*) do n.º 1 deste artigo obriga à apresentação de novo plano no prazo máximo de 30 dias».

No artigo 29.º, n.º 3, onde se lê «O conselho consultivo elaborará o seu regulamento interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta os seus membros» deve ler-se «O conselho consultivo elaborará o seu regulamento interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros».

E no artigo 34.º, onde se lê «2 — Integram cada unidade os professores, assistentes e equiparados com formação nos respectivos domínios do saber e cuja actividade se desenvolva predominantemente no âmbito dessa unidade científico-pedagógica.

3 — Cada unidade científico-pedagógica pode ter a colaboração de docentes de outras unidades ou de outras instituições, quando tal se revelar útil ao prosseguimento das suas actividades.»

deve ler-se «1 — Integram cada unidade os professores, assistentes e equiparados com formação nos respectivos domínios do saber e cuja actividade se desenvolva predominantemente no âmbito dessa unidade científico-pedagógica.

2 — Cada unidade científico-pedagógica pode ter a colaboração de docentes de outras unidades ou de outras instituições, quando tal se revelar útil ao prosseguimento das suas actividades.»

10 de Abril de 2006. — A Presidente, *Ana Maria B. O. Dias Malva Vaz*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 5128/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Março de 2006, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, deste Instituto, foi autorizada a celebrar contrato administrativo de provimento com a mestre Andreia Filipa Aires Alves Dores Tiago, em regime de tempo parcial, quatro horas semanais, na categoria de equiparada a professor-adjunto, de 1 de Março a 31 de Agosto de 2006.

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

Despacho n.º 9454/2006 (2.ª série). — Ao abrigo dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 4.º, do n.º 8 do artigo 6.º e do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e da confirmação de declaração de cabimento da 11.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento de 9 de Fevereiro de 2006, nomeio na categoria de assessor, área de serviço social, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra, a licenciada Sofia Margarida Vasques Braga da Cruz.

7 de Abril de 2006. — O Presidente, *José Manuel Torres Farinha*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Declaração n.º 70/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 18 de Agosto, publica-se o valor dos subsídios atribuídos pelo Instituto Politécnico da Guarda no 2.º semestre do ano de 2005 para realização de actividades de carácter cultural e desportivo:

Associação Académica da Guarda — € 1250.

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos — € 1000.

Associação Cultural Copituna d'Oppidana — € 500.

10 de Abril de 2006. — O Presidente, *Jorge Manuel Monteiro Mendes*.